



15 de Setembro de 2005

CONTAS REGIONAIS - NOVA NUTS (1995 – 2002): FBCF e Contas das Famílias

No período compreendido entre 1995 e 2002, a FBCF do país cresceu a uma taxa média de 8,3%, apresentando a Região Autónoma da Madeira, o Alentejo, o Algarve e a Região Autónoma dos Açores ritmos de crescimento significativamente superiores ao nacional: 15,7%, 15,1%, 13,4% e 12,7%, respectivamente. O investimento nas regiões de Lisboa e do Norte cresceu a um ritmo inferior ao nacional (5,2% e 7,9%, respectivamente), e no Centro o crescimento médio da FBCF, naquele período, situou-se em 9,3%.

Relativamente às Contas das Famílias, de 1995 a 2002, as regiões de Lisboa e do Algarve foram aquelas que apresentaram, em média, Rendimentos Primário e Disponível por habitante superiores à média nacional, em particular Lisboa, que registou índices de 143 e 133, respectivamente. A Região Autónoma dos Açores, o Norte, o Centro e o Alentejo apresentaram índices para os mesmos indicadores sempre inferiores à média nacional, em especial no caso da Região Autónoma dos Açores. Esta Região Autónoma apresentou os menores índices médios de rendimentos por habitante no período considerado, ambos 18% abaixo da média nacional.

PREÂMBULO

O INE procede à divulgação conjunta da regionalização das séries de FBCF e das Contas das Famílias, de 1995 a 2002, segundo a nova classificação territorial. Os principais resultados são apresentados ao nível da NUTS II segundo as duas geografias, dando-se continuidade às séries anteriores (da FBCF e da Conta das Famílias) para 2002 e aplicando-se o Regulamento do Conselho n.º 1059/2003 – legislação comunitária que estabelece a Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) na União Europeia.

Para o efeito, em ambas as séries (FBCF e Contas das Famílias, 1995-2002) segundo a geografia anterior (NUTS 1989) foi feita uma adaptação metodológica à nova geografia (sumariamente, NUTS 2002), obtendo-se estimativas regionais idênticas nas versões NUTS 1989 e NUTS 2002 para as regiões NUTS II inalteradas: Norte, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os resultados agora divulgados reportam-se ainda à base de 1995 das Contas Nacionais, com carácter provisório desde 2000, inclusive.

I. FBCF

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA REGIONAL DA FBCF NO PERÍODO 1995-2002

No período compreendido entre 1995 e 2002, a FBCF do país cresceu a uma taxa média de 8,3%. Considerando a NUTS 2002, a região de Lisboa foi a que apresentou menor crescimento anual (5,2%), sendo, porém, a região que mais contribui para o investimento nacional (33,5% em 2002), facto este já observado anteriormente. Por outro lado, a R.A. da Madeira, o Alentejo, o Algarve e a R.A. dos Açores, apresentaram ritmos de crescimento significativamente superiores ao nacional: 15,7%, 15,1%, 13,4% e 12,7%, respectivamente. O crescimento médio da FBCF no Norte e no

Centro foi de, respectivamente, 7,9% e 9,3%. Face à antiga geografia territorial, as regiões do Centro e do Alentejo apresentaram ambas um crescimento anual superior em 0,4 pontos percentuais, enquanto Lisboa perdeu 1 ponto percentual.

Quadro 1.1

Taxa de Crescimento Médio da FBCF de 1995 a 2002, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões (NUTS 1989)	Taxa Crescimento médio 1995-2002	Regiões (NUTS 2002)	Taxa Crescimento médio 1995-2002
Portugal	8,3	Portugal	8,3
1 Continente:	7,9	1 Continente:	7,9
11 Norte	7,9	11 Norte	7,9
12 Centro	8,9	16 Centro	9,3
13 Lisboa e Vale do Tejo	6,2	17 Lisboa	5,2
14 Alentejo	14,6	18 Alentejo	15,1
15 Algarve	13,4	15 Algarve	13,4
2 R. A. Açores	12,7	2 R. A. Açores	12,7
3 R. A. Madeira	15,7	3 R. A. Madeira	15,7
Extra-regio	14,8	Extra-regio	14,8

Em termos médios, no período de 1995 a 2002, a região de Lisboa viu a sua importância relativa diminuir 5,3 pontos percentuais na nova geografia, enquanto as regiões do Centro e Alentejo apresentaram um incremento médio de 3,5 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente, como pode ser observado no quadro 1.2.

Quadro 1.2

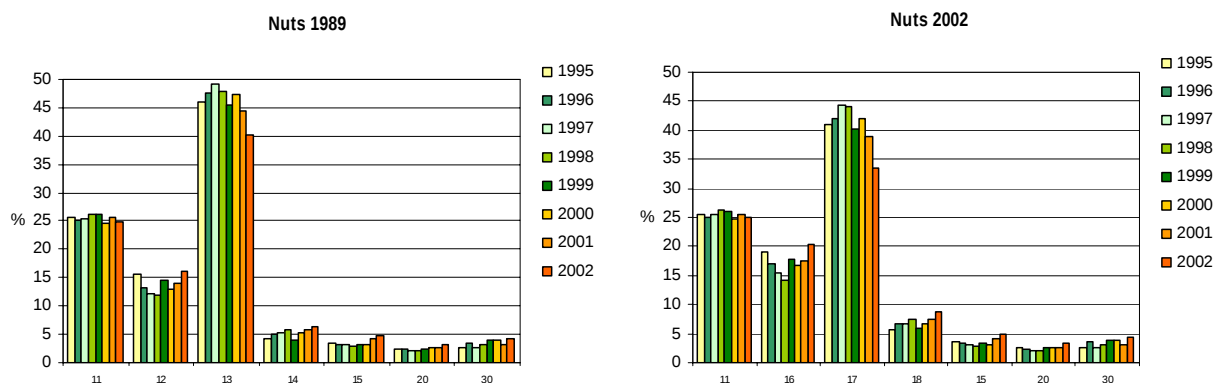
Estrutura regional média da FBCF de 1995 a 2002, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões (NUTS 1989)	Estrutura regional média 1995-2002	Regiões (NUTS 2002)	Estrutura regional média 1995-2002
Portugal	100,0	Portugal	100,0
1 Continente:	93,9	1 Continente:	93,9
11 Norte	25,5	11 Norte	25,5
12 Centro	13,8	16 Centro	17,3
13 Lisboa e Vale do Tejo	45,7	17 Lisboa	40,5
14 Alentejo	5,3	18 Alentejo	7,1
15 Algarve	3,6	15 Algarve	3,6
2 R. A. Açores	2,5	2 R. A. Açores	2,5
3 R. A. Madeira	3,5	3 R. A. Madeira	3,5
Extra-regio	0,1	Extra-regio	0,1

A repartição regional da FBCF em 2002 é semelhante à dos anos precedentes (vide Figuras 1.1 e 1.2), salientando-se, porém, uma diminuição do contributo de Lisboa e Vale do Tejo (40,1%), em oposição a um aumento do peso relativo das regiões do Centro (16,2%), Alentejo (6,2%), Algarve (4,8%), R. A. Madeira (4,3%) e R. A. Açores (3,3%). Considerando a geografia NUTS 2002, a região de Lisboa passou nesse ano a ser responsável por cerca de 33,5% do investimento (perdendo 6,6 p.p.), contribuindo o Centro com 20,3% e o Alentejo com 8,7% no total de investimento nacional.

Figuras 1.1 e 1.2

Estrutura regional da FBCF de 1995 a 2002, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002



ANÁLISE DA FBCF EM 2002

Em 2002, à semelhança dos anos anteriores, Lisboa e Vale do Tejo apresentou-se como a região mais investidora em todos os ramos de actividade (A6), excepto nas actividades "Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca" cuja FBCF é predominantemente observada nas regiões Norte (cerca de 28%) e Alentejo (aproximadamente 27% e 32% segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002, respectivamente). Salienta-se ainda que, nas actividades da "Construção" (3) e do "Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações" (4), mais de metade do investimento foi realizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, diminuindo esse peso para 44% e 47%, respectivamente, considerando a nova divisão territorial.

Figura 1.3

Estrutura regional da FBCF de 2002, por ramo de actividade (A6), segundo a NUTS 1989

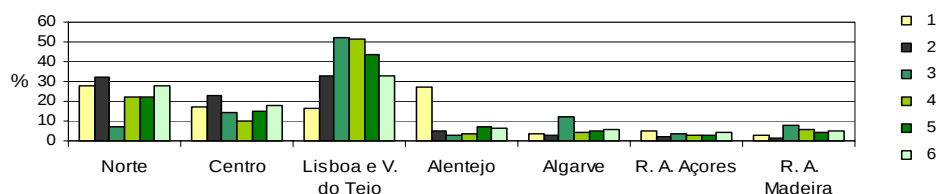
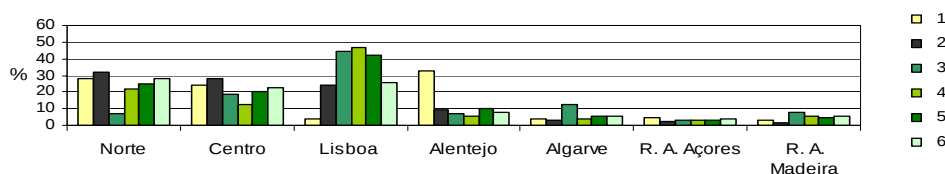


Figura 1.4

Estrutura regional da FBCF de 2002, por ramo de actividade (A6), segundo a NUTS 2002





A análise da repartição do total de investimento de cada região por ramo de actividade é seguidamente apresentada no quadro 1.3., permitindo uma melhor avaliação regional do investimento. Como pode ser observado, em 2002, as "Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (5) foram responsáveis por mais de um terço da FBCF do país, não apresentando disparidade regional significativa. Estas são as actividades com mais investimento em todas as regiões, devido sobretudo ao investimento em habitação. Salienta-se, porém, o investimento realizado no Alentejo (NUTS 1989), cuja FBCF, nestas actividades, representava aproximadamente 40% do total do investimento realizado nesta região, devido ao elevado investimento em infra estruturas da barragem do Alqueva e, também, às actividades imobiliárias.

Quadro 1.3

Repartição da FBCF de 2002 por região e ramo de actividade A6, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões	Nuts 1989 A6 - CAE rev.2						Nuts 2002 A6 - CAE rev.2					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Portugal	2,1	19,1	2,7	17,8	35,3	22,9	2,1	19,1	2,7	17,8	35,3	22,9
Norte	2,4	24,4	0,7	15,7	31,4	25,5	2,4	24,4	0,7	15,7	31,4	25,5
Centro	2,2	26,9	2,4	10,8	32,3	25,3	2,5	26,2	2,5	10,9	32,1	25,8
Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa*	0,9	15,7	3,5	22,9	38,2	18,7	0,3	13,8	3,6	25,0	39,6	17,8
Alentejo	9,2	16,2	1,3	11,1	39,7	22,5	7,9	19,8	2,2	11,7	37,6	20,8
Algarve	1,6	11,5	6,9	15,7	37,2	27,0	1,6	11,5	6,9	15,7	37,2	27,0
Açores	3,2	13,9	2,9	17,1	33,6	29,4	3,2	13,9	2,9	17,1	33,6	29,4
Madeira	1,5	7,2	4,8	22,9	35,9	27,7	1,5	7,2	4,8	22,9	35,9	27,7

* Região modificada na Nuts 2002

O ramo de "Outras actividades de serviços" (6) foi o segundo com maior investimento nacional, tendo sido responsáveis por cerca de 23% do total de FBCF, para o que contribuiu, de forma decisiva, o sector das Administrações Públicas. Regionalmente, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve foram as que apresentaram investimento mais significativo em "Outras actividades de serviços", 29,4%, 27,7% e 27,0%, respectivamente.

Nesse ano, a Região Autónoma da Madeira foi a região do país com menor proporção de investimento em actividades da "Indústria, incluindo energia" (2), - apenas 7% no total da sua FBCF -, enquanto as regiões Centro e Norte, apresentaram as proporções mais significativas de FBCF realizado naquelas actividades, situadas na ordem dos 27% e 24%, respectivamente, ambas claramente acima do peso nacional (19%).

As actividades de "Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações" (4), responsáveis por cerca de 18% do investimento nacional, atingiram maior proporção no investimento da região de Lisboa e Vale do Tejo e da Região Autónoma da Madeira, representando 22,9% do investimento total realizado em ambas as regiões.

Relativamente às actividades de "Construção" (3), salientam-se a região do Algarve e a Região Autónoma da Madeira, que apresentaram maior peso de FBCF nesse ramo de actividade, 6,9% e 4,8%, respectivamente, sendo a média nacional 2,7%.

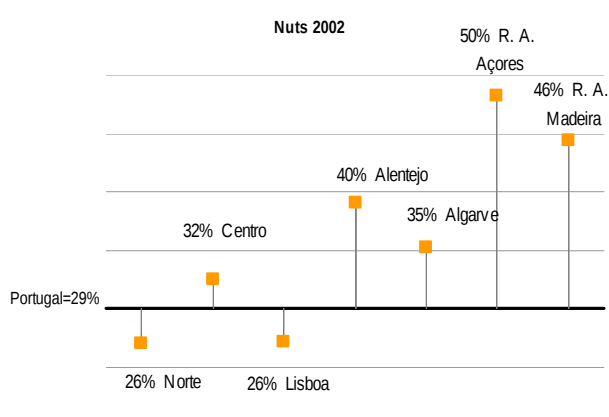
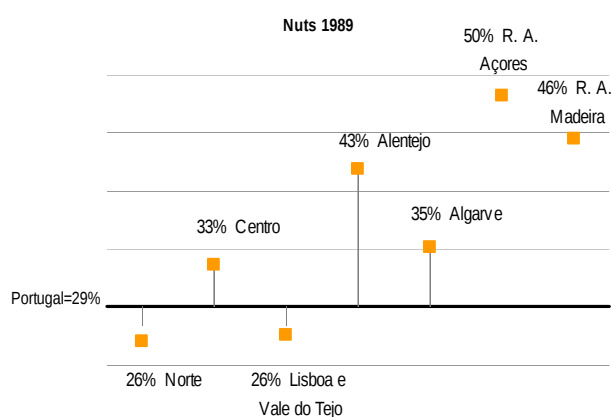
O sector primário continuou a ser aquele cujas actividades foram responsáveis por menor proporção de FBCF do país (2%), à semelhança dos anos anteriores. Salienta-se, porém, a região do Alentejo (NUTS 1989) cujas actividades de "Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca" (1) realizaram cerca de 9% do total do investimento da região.

Com a nova geografia territorial, a região do Centro não apresenta diferença significativa na sua estrutura regional de investimento, Lisboa perde essencialmente peso no seu investimento em actividades da "Indústria, incluindo energia" (2), e ganha em actividades de "Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações" (4) e "Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (5). Por fim, o Alentejo apresenta uma estrutura regional de FBCF mais diferenciada segundo a NUTS 2002, destacando-se o peso do investimento em "Indústria, incluindo energia" (2), que regista um acréscimo de 3,6 p.p..

Analisando, por fim, a Taxa de investimento aparente em 2002, verificou-se que, embora Lisboa e Vale do Tejo e o Norte sejam as regiões que mais contribuíram para a FBCF e VAB do país, foram aquelas que apresentaram uma proporção de riqueza investida abaixo da média nacional, situando-se ambas em 26%. Por outro lado, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Alentejo foram as que apresentaram maior taxa de investimento: respectivamente, 50%, 46% e 43% (39% segundo a NUTS 2002). O crescimento nacional situou-se em 29%.

Figuras 1.5 e 1.6

Taxa de Investimento Aparente em 2002, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002



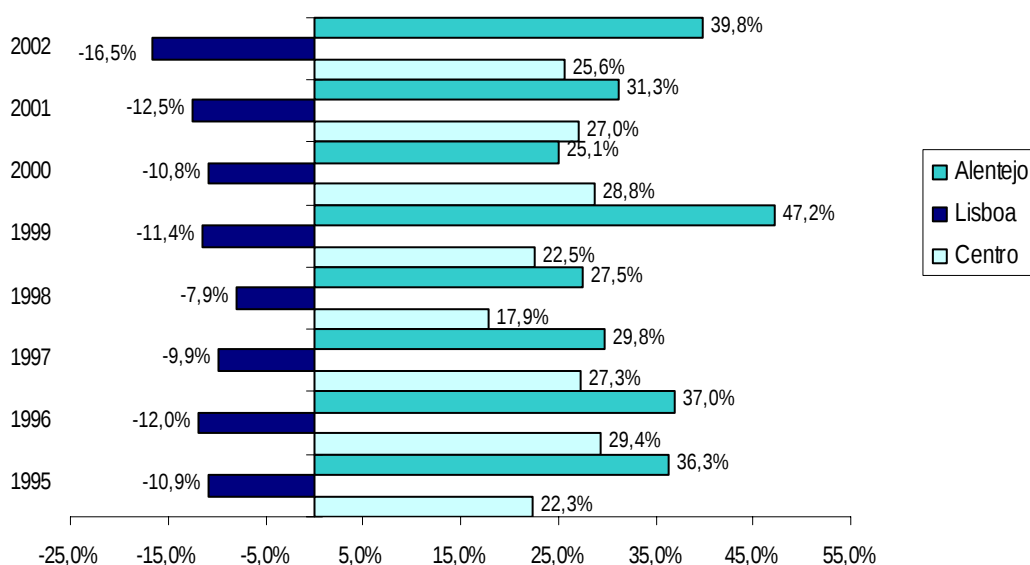
Com a mudança do Oeste e o Médio Tejo para a região Centro, e da Lezíria do Tejo para o Alentejo, o peso da FBCF no VAB regional diminuiu ou manteve-se em todos os ramos de actividade (A6), com excepção do ramo "Construção" (3), cuja taxa de investimento aparente do Alentejo passou de 10% para 13%.

EFEITO DA ALTERAÇÃO DA NUTS NA FBCF

Em síntese, a alteração da geografia territorial teve um impacto significativo nas regiões abrangidas no período de 1995 a 2002. Relativamente à anterior classificação geográfica, a FBCF no Alentejo e o Centro aumentou em média 33,6% e 25,1%, respectivamente, tendo diminuído em Lisboa em cerca de 11,5% do seu investimento em relação à anterior classificação. o Alentejo foi a região que mais beneficiou em termos relativos, apresentando aumentos mais intensos do que o Centro, com excepção do ano de 2000, como pode ser observado na figura 1.7.

Figura 1.7

Variação da FBCF das regiões alteradas na NUTS 2002 face à NUTS 1989



Em Anexo, são apresentados dois quadros com uma síntese dos principais resultados da FBCF de 1995 a 2002, segundo as duas geografias territoriais. Os resultados com maior detalhe, bem como uma breve síntese metodológica, constam na informação disponibilizada no INFOLINE, site do INE.



Notas Metodológicas:

A regionalização da FBCF segundo a nova geografia territorial teve por base, tal como a série segundo a NUTS 1989, as fontes privilegiadas dos vários sectores institucionais, bem como a respectiva informação por ramo de actividade. Com efeito, na afectação regional do investimento realizado pelos ramos segundo os sectores Sociedades não financeiras, Sociedades financeiras e Administrações públicas, em que o método de regionalização é, em todos os casos, ascendente, foi utilizada informação das respectivas unidades locais identificadas segundo a NUTS 2002.

Igualmente, nos ramos em que são utilizadas fontes alternativas, foi também utilizada informação regional segundo a NUTS 2002, solicitada às empresas e/ou por consulta a Relatórios e Contas. Relativamente às Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, único sector regionalizado pelo método top-down, foi utilizada a estrutura regional da população média segundo a nova geografia. No final, a regionalização obtida por ramo segundo a NUTS 2002, respeita a afectação regional de acordo com a NUTS 1989 no que toca às regiões que permanecem inalteradas: Norte, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Aquando da regionalização da FBCF de 1995 a 2002 segundo a NUTS 2002, foram preconizadas algumas alterações em alguns ramos da série da NUTS 1989 para os anos de 1999 a 2001. Refiram-se as mais significativas:

- » Utilização de informação relevante e actualizada do INGA (ex-IFADAP);
- » Revisão do investimento de algumas empresas, como Edialqueva, Refer e Transgás, com base nos Relatórios e Contas publicados e informação adicional solicitada às empresas;
- » Revisão da estrutura regional da FBCF dos Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Pensões considerando as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



ANEXO

FBCF, por região NUTS I e II (NUTS 1989)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	17 499	18 915	22 601	25 711	27 559	30 304	31 275	29 718
Norte	4 729	5 042	6 050	7 107	7 697	7 984	8 529	8 042
Centro	2 875	2 639	2 873	3 254	4 287	4 242	4 621	5 212
Lisboa e Vale do Tejo	8 478	9 584	11 695	12 967	13 412	15 317	14 802	12 900
Alentejo	771	1 001	1 242	1 607	1 194	1 738	1 923	2 006
Algarve	645	649	741	776	968	1 022	1 400	1 558
R. A. Açores	455	461	519	548	732	845	900	1 049
R. A. Madeira	493	718	638	853	1 152	1 256	1 067	1 373
<i>Extra-regio</i>	11	29	13	13	20	15	17	28
PORTUGAL	18 457	20 123	23 771	27 125	29 462	32 420	33 258	32 167

FBCF, por região NUTS I e II (NUTS 2002)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	17 499	18 915	22 601	25 711	27 559	30 304	31 275	29 718
Norte	4 729	5 042	6 050	7 107	7 697	7 984	8 529	8 042
Centro	3 518	3 415	3 658	3 838	5 253	5 463	5 871	6 527
Lisboa	7 557	8 438	10 539	11 942	11 882	13 659	12 951	10 797
Alentejo	1 050	1 371	1 613	2 048	1 758	2 175	2 525	2 794
Algarve	645	649	741	776	968	1 022	1 400	1 558
R. A. Açores	455	461	519	548	732	845	900	1 049
R. A. Madeira	493	718	638	853	1 152	1 256	1 067	1 373
<i>Extra-regio</i>	11	29	13	13	20	15	17	28
PORTUGAL	18 457	20 123	23 771	27 125	29 462	32 420	33 258	32 167



II. CONTAS DAS FAMÍLIAS

EVOLUÇÃO MÉDIA DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS E DO PIB E DISPARIDADES REGIONAIS NO PERÍODO 1995 A 2002

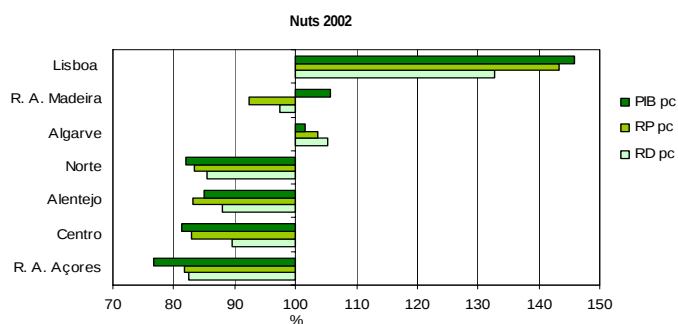
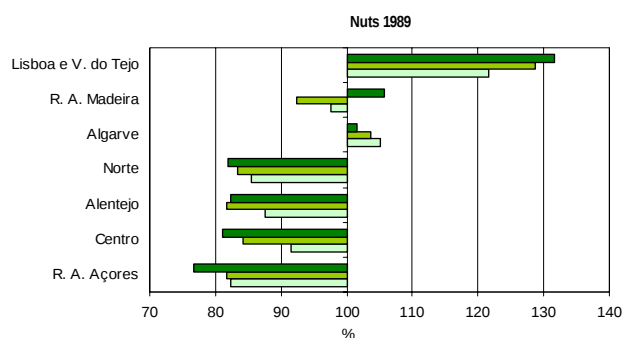
No período compreendido entre 1995 e 2002, o PIB do país, o Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD) das Famílias cresceram a taxas médias de 6,8%, 6,1% e 6,0%, respectivamente. Analisando os valores médios desse período, verificou-se que as regiões de Lisboa (igualmente *Lisboa e Vale do Tejo* na NUTS 1989), do Norte e do Centro foram aquelas que geraram a maior parte da produção no país e cujas famílias detinham a maioria dos rendimentos deste sector institucional (85% ou mais, no seu conjunto).

Considerando os valores por habitante, observou-se que o PIB per capita (p.c.) foi significativamente superior ao RP p.c. e RD p.c., em especial nas regiões de Lisboa/Lisboa e Vale do Tejo e da Região Autónoma da Madeira. A alteração da geografia territorial teve impacto positivo nestes três indicadores nas regiões de Lisboa e Alentejo, e inversamente no RP p.c. e RD p.c. do Centro, que apresentaram valores inferiores face à geografia anterior. Contudo, em qualquer das três regiões alteradas da NUTS 2002, aumentou o fosso entre o valor da produção e o rendimento primário e disponível detido pelas famílias, em relação à NUTS 1989.

Em termos de índices, verificou-se que as regiões de Lisboa e Algarve foram aquelas que apresentaram, em média, no período considerado, níveis por habitante superiores à média nacional para os três indicadores. A primeira região, com índices de 146, 143 e 133, respectivamente na NUTS 2002 e para o PIB p.c., RP p.c. e RD p.c., e o Algarve, com índices inferiores, na ordem de 101, 104 e 105, para os mesmos indicadores. As regiões Norte, Centro e Alentejo e a Região Autónoma dos Açores apresentaram índices sempre inferiores a 100 em qualquer das geografias territoriais e nos três indicadores, ligeiramente menos afastados em relação à média nacional no que toca ao RD por habitante, nas três primeiros casos. A Região Autónoma da Madeira foi a região que apresentou uma situação mais irregular, com índice do PIB p.c. (106) superior à média nacional, e ligeiramente inferior nos indicadores RP p.c. e RD p.c., em especial relativamente a este último. A Região Autónoma dos Açores, cujo PIB p.c. se situa 23% abaixo do valor nacional, apresenta igualmente o menor índice de RP p.c. e RD p.c., ambos com o valor 82.

Figuras 2.1 e 2.2

Índices de disparidade do PIB p.c., RP p.c. e RD p.c. por região (Valores médios de 1995-2002)



Os resultados demonstram que as assimetrias regionais são mais significativas relativamente ao PIB por habitante, que na distribuição dos rendimentos pelas famílias, em especial após o processo de redistribuição de rendimentos. Efectivamente, a diferença entre a região que gerou mais produção per capita (Lisboa) e a que gerou menos (Região Autónoma dos Açores) é significativamente superior ao fosso entre a região com maior e a com menor nível de vida das famílias, com base no RD por habitante.

Quadro 2.1

Rendimento Primário e Rendimento Disponível por região, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

(Valores médios de 1995-2002)

Regiões	Nuts 1989 valores médios de 1995-2002						Nuts 2002 valores médios de 1995-2002					
	Rend. Primário	Rend. Primário per capita	Índice PT=100	Rend. Disponível	Rend. Disponível per capita	Índice PT=100	Rend. Primário	Rend. Primário per capita	Índice PT=100	Rend. Disponível	Rend. Disponível per capita	Índice PT=100
	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%
Portugal	73.806	7.257	100	70.383	6.920	100	73.806	7.257	100	70.383	6.920	100
Norte	21.857	6.057	83	21.363	5.921	86	21.857	6.057	83	21.363	5.921	86
Centro	10.689	6.118	84	11.071	6.336	92	13.864	6.009	83	14.296	6.196	90
Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa*	32.119	9.344	129	28.918	8.412	122	27.438	10.401	143	24.224	9.183	133
Alentejo	3.118	5.928	82	3.187	6.059	88	4.624	6.039	83	4.657	6.082	88
Algarve	2.790	7.521	104	2.700	7.278	105	2.790	7.521	104	2.700	7.278	105
Açores	1.411	5.935	82	1.354	5.699	82	1.411	5.935	82	1.354	5.699	82
Madeira	1.628	6.695	92	1.641	6.747	98	1.628	6.695	92	1.641	6.747	98
Extra-regio	194	-	-	149	-	-	194	-	-	149	-	-

* Região modificada na Nuts 2002

PT = Portugal

Como pode ser observado no quadro 2.1, as transferências de distribuição, na sua maioria da responsabilidade das administrações públicas, beneficiaram em termos médios as regiões do Centro, Alentejo e Região Autónoma da Madeira. Com efeito, as famílias destas regiões viram o seu Rendimento Disponível por habitante superar o rendimento gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos rendimentos de propriedade (recebidos menos pagos), situação verificada em qualquer uma das geografias territoriais. As famílias das restantes regiões – Norte, Lisboa, Algarve e Região Autónoma dos Açores – não beneficiaram com a acção redistributiva das transferências correntes.

Face à média nacional, o panorama é ligeiramente diferente: as disparidades regionais entre o RP e RD reduzem-se em todas as regiões à excepção, de Lisboa, cujo índice do Rendimento Disponível perde cerca de 10 pontos percentuais (7 p.p. na NUTS 1989) face ao Rendimento Primário, e da Região Autónoma dos Açores cujo posicionamento face ao país é praticamente idêntico nos dois indicadores (82).

Das regiões beneficiárias destacam-se o Centro, a Região Autónoma da Madeira e o Alentejo, cujos índices de disparidade diminuem face ao valor nacional cerca de 7 p.p., 6 p.p. e 5 p.p., respectivamente, e segundo a NUTS 2002, quando se passa do Rendimento Primário para o Rendimento Disponível. O Algarve, que mantém um índice superior ao nacional, ganha um ponto percentual, passando de 104 no Rendimento Primário para 105 no Rendimento Disponível. Finalmente, o Norte, cujo índice de disparidade do RP é 83, ganha 3 p.p. quando se consideram as transferências de redistribuição, ficando com um índice do Rendimento Disponível de 86.



ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS

Analisando os valores anuais das Contas das Famílias, observa-se que as famílias de Lisboa foram as que apresentaram maior nível de vida em Portugal, entre 1995 e 2002, com um RD por habitante a variar entre 7.438 euros em 1995 e 11.087 euros por habitante em 2002. Com efeito, esta região situou-se ao longo desses anos cerca de 30% acima da média nacional, como pode ser observado no quadro 2.3.

A maior disparidade regional registou-se em 1998, com uma diferença de 54% entre a região mais rica (Lisboa) e a mais pobre (Região Autónoma dos Açores). A partir de 2001, observou-se uma nova tendência: a Região Autónoma dos Açores, que até então era a região cujas famílias apresentavam menor nível de vida no país, aproximou-se do Norte. As famílias da região do Norte, que se situavam em penúltimo lugar, passaram em 2002, à última posição, com um índice de Rendimento Disponível p.c. de 84. Uma justificação possível para esta ocorrência encontra-se no crescimento populacional, com expressão mais significativa na região Norte.

Quadro 2.2

Índice de Rendimento Primário p.c. por região, segundo a NUTS 2002

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	85	86	85	83	84	83	82	81
Centro	84	84	83	82	83	83	82	82
Lisboa	140	140	142	144	144	144	145	145
Alentejo	84	84	85	84	81	83	83	84
Algarve	105	104	103	102	102	101	105	104
R. A. Açores	80	82	79	80	81	82	83	86
R. A. Madeira	89	88	90	90	90	93	97	100
Mín-Máx.	60	58	63	65	63	62	63	63

Tendo em conta apenas a participação directa ou indirecta das Famílias na actividade produtiva, o efeito de clivagem entre as regiões aumentou no período considerado, em especial entre 1995 e 1998, como pode ser observado no quadro 2.2., relativo aos rendimentos primários. Efectivamente, a diferença entre o rendimento per capita obtido pelas famílias de maiores e de menores rendimentos, nomeadamente pela venda da sua força de trabalho, aumentou. Em 2002, a região de Lisboa apresentou um índice 45% acima da média nacional enquanto o Norte, que, nesse ano, foi a região de menor nível de vida, apresentou um rendimento primário por habitante 19% abaixo do valor nacional. Essas diferenças foram suavizadas pela acção redistributiva de rendimentos por parte do Estado e pelas Outras Transferências Correntes, implícitas no quadro 2.3., tendo progressivamente diminuído a disparidade no Rendimento Disponível p.c., entre 1999 e 2002.

Quadro 2.3

Evolução do Índice de Rendimento Disponível p.c. por região, segundo a NUTS 2002

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	87	88	87	85	86	85	85	84
Centro	91	90	89	89	90	90	90	89
Lisboa	131	129	132	135	133	133	133	134
Alentejo	87	88	89	88	85	87	88	90
Algarve	107	105	105	104	104	103	106	105
R. A. Açores	78	81	80	81	82	83	85	87
R. A. Madeira	98	94	98	94	94	97	100	105
Min-Máx.	53	48	52	54	51	50	49	50

Com a acção redistributiva, nomeadamente por parte das administrações públicas, todas as regiões saíram beneficiadas, à excepção de Lisboa, corrigindo-se, assim, as assimetrias regionais, como pode ser observado pela comparação dos quadros 2.2 e 2.3., região a região.

Igualmente relevante é a análise do Rendimento Disponível como percentagem do Rendimento Primário. Das sete regiões NUTS II, apenas as regiões do Centro, Alentejo e a Região Autónoma da Madeira, apresentaram um RD superior ao RP, no período compreendido entre 1995 e 2002. Com efeito, exceptuando algumas situações, estas regiões foram beneficiárias líquidas da política de redistribuição do Estado e de Outras Transferências Correntes.

Quadro 2.4

Peso do Rendimento Disponível no Rendimento Primário por região, segundo a NUTS 2002

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	97,4	97,8	97,1	97,6	97,6	98,1	98,6	97,5
Centro	103,6	102,6	102,0	102,4	103,8	103,5	104,1	102,6
Lisboa	89,1	87,8	88,2	88,9	88,7	88,0	87,9	87,9
Alentejo	100,1	100,2	99,5	100,2	101,2	101,0	101,1	101,8
Algarve	97,4	96,5	96,8	96,8	97,6	97,1	96,9	95,4
R. A. Açores	92,8	94,5	95,8	96,9	96,8	96,5	97,9	96,0
R. A. Madeira	105,6	101,7	103,4	99,7	100,2	99,5	98,1	100,1

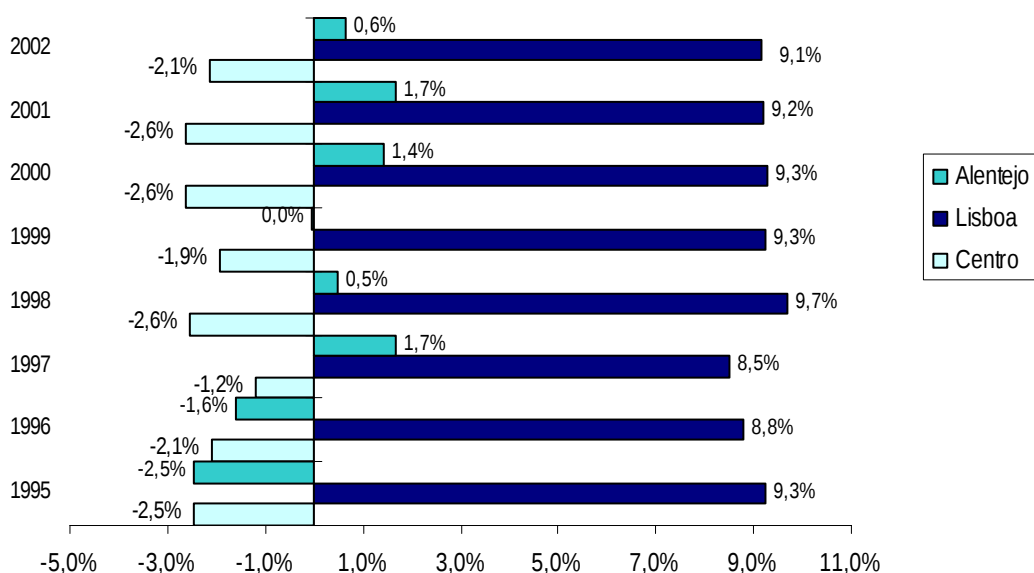
As famílias da região do Centro e do Alentejo foram favorecidas pelos benefícios sociais e por outras transferências que não em espécie, bem como pela afectação dos impostos sobre o rendimento. A Região Autónoma da Madeira, em particular, beneficiou significativamente das transferências privadas internacionais, nas quais se integram as remessas de emigrantes.

EFEITO DA VARIAÇÃO DA NUTS NAS CONTAS DAS FAMÍLIAS

A título de conclusão, e por referência à alteração da classificação territorial, verificou-se que no período considerado, O Rendimento Disponível das Contas das Famílias residentes no Alentejo registou um maior impacto positivo do que o das Contas das Famílias residentes no Centro. Com efeito, com a passagem da Lezíria do Tejo para a região do Alentejo, as famílias da nova região apresentam variações positivas, ainda que pouco expressivas a partir de 1997, no seu Rendimento Disponível por habitante, face ao RD p.c. segundo a NUTS 1989. Pelo contrário, as Contas das Famílias da região Centro apresentaram sempre uma diminuição no Rendimento Disponível por habitante segundo a NUTS 2002, face ao obtido pela antiga nomenclatura. Por fim, as Contas das Famílias da região de Lisboa beneficiaram com a alteração da geografia territorial, apresentando variações positivas no seu Rendimento Disponível por habitante em todo o período considerado.

Figura 2.3

Variação do RD p.c. das regiões alteradas na NUTS 2002 face à NUTS 1989



Em anexo, são apresentados quatro quadros com uma síntese dos principais agregados obtidos pelas Contas Regionais das Famílias, segundo as duas geografias territoriais. Os resultados com maior detalhe, bem como uma breve síntese metodológica, constam na informação disponibilizada no INFOLINE, site do INE.



Notas Metodológicas:

A metodologia seguida na regionalização das Contas Regionais das Famílias segundo a NUTS 2002, assenta, tal como a série de acordo com a NUTS 1989, no método descendente (Top-down), ou seja, na repartição dos valores nacionais, utilizando variáveis *proxy* ou afins das várias rubricas e para as quais existe informação desagregada ao nível das NUTS II, segundo a nova geografia territorial. A regionalização obtida para a NUTS 2002 respeita a afectação regional segundo a NUTS 1989, no que toca às regiões que permanecem inalteradas: Norte, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Aquando da regionalização da Conta das Famílias de 1995 a 2002 segundo a NUTS 2002, foram preconizadas algumas alterações em alguns agregados da série NUTS 1989, mantendo-se porém a metodologia estabelecida na sua essência. Refiram-se as mais relevantes:

- » Utilização de informação actualizada proveniente dos ramos de actividade, nomeadamente sobre as estimativas do VAB do sector Famílias e sobre remunerações (recursos e empregos do sector);
- » Correção do VAB do sector das Famílias da Região Autónoma da Madeira, com particular impacto nos ramos em que o *offshore* é mais significativo, decorrente de estimativas recentes do PIB e VAB da Zona Franca da Madeira, com repercussões nas outras regiões;
- » Foi considerada a última versão da população média na conta de 2001;
- » A variável *proxy* utilizada na regionalização dos Juros pagos pelas Sociedades financeiras às Famílias, “Juros de depósitos expurgados dos depósitos em zonas de *offshore*” foi revista e homogeneizada para toda a série;
- » As transferências correntes pagas pelo sector Famílias ao Resto do Mundo, respeitante às Remessas de Imigrantes, passaram a ser regionalizadas, a partir de 2000, segundo a estrutura da “População activa estrangeira (Censos 2001)” e as restantes transferências pela estrutura da população média.



ANEXO

Rendimento Primário Bruto das famílias, por região NUTS I e II (NUTS 1989)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	57 019	59 867	62 767	67 468	71 322	77 571	82 364	86 203
Norte	17 975	18 981	19 677	20 844	22 260	23 915	25 099	26 102
Centro	8 771	9 181	9 437	10 200	10 785	11 747	12 399	12 993
Lisboa e Vale do Tejo	25 392	26 628	28 385	30 802	32 438	35 548	37 964	39 795
Alentejo	2 678	2 788	2 858	3 017	3 060	3 306	3 505	3 735
Algarve	2 203	2 290	2 411	2 604	2 779	3 056	3 397	3 578
R. A. Açores	1 140	1 210	1 224	1 315	1 409	1 548	1 657	1 783
R. A. Madeira	1 319	1 355	1 427	1 519	1 584	1 779	1 952	2 093
<i>Extra-regio</i>	136	153	183	189	195	241	234	224
PORTUGAL	59 614	62 585	65 601	70 492	74 509	81 139	86 206	90 302

Rendimento Primário Bruto das famílias, por região NUTS I e II (NUTS 2002)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	57 019	59 867	62 767	67 468	71 322	77 571	82 364	86 203
Norte	17 975	18 981	19 677	20 844	22 260	23 915	25 099	26 102
Centro	11 354	11 910	12 303	13 191	14 031	15 219	16 074	16 831
Lisboa e Vale do Tejo	21 676	22 696	24 144	26 371	27 742	30 369	32 454	34 053
Alentejo	3 810	3 990	4 233	4 457	4 510	5 012	5 340	5 638
Algarve	2 203	2 290	2 411	2 604	2 779	3 056	3 397	3 578
R. A. Açores	1 140	1 210	1 224	1 315	1 409	1 548	1 657	1 783
R. A. Madeira	1 319	1 355	1 427	1 519	1 584	1 779	1 952	2 093
<i>Extra-regio</i>	136	153	183	189	195	241	234	224
PORTUGAL	59 614	62 585	65 601	70 492	74 509	81 139	86 206	90 302



Rendimento Disponível Bruto das famílias, por região NUTS I e II (NUTS 1989)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	54 542	56 926	59 494	64 303	68 164	73 975	78 690	81 817
Norte	17 502	18 557	19 113	20 352	21 731	23 463	24 740	25 443
Centro	9 139	9 462	9 620	10 502	11 242	12 241	13 009	13 355
Lisboa e Vale do Tejo	23 059	23 895	25 572	27 871	29 345	31 881	34 013	35 708
Alentejo	2 697	2 802	2 854	3 057	3 135	3 423	3 635	3 896
Algarve	2 146	2 210	2 334	2 521	2 711	2 968	3 294	3 414
R. A. Açores	1 058	1 143	1 172	1 274	1 363	1 493	1 622	1 711
R. A. Madeira	1 393	1 378	1 476	1 515	1 587	1 770	1 915	2 095
<i>Extra-regio</i>	112	124	148	152	157	172	166	159
PORTUGAL	57 105	59 572	62 289	67 245	71 271	77 410	82 393	85 782

Rendimento Disponível Bruto das famílias, por região NUTS I e II (NUTS 2002)

Unidade: milhões de euros

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Continente	54 542	56 926	59 494	64 303	68 164	73 975	78 690	81 817
Norte	17 502	18 557	19 113	20 352	21 731	23 463	24 740	25 443
Centro	11 769	12 225	12 547	13 512	14 559	15 747	16 733	17 274
Lisboa e Vale do Tejo	19 314	19 935	21 287	23 454	24 600	26 735	28 523	29 944
Alentejo	3 812	3 999	4 212	4 465	4 563	5 063	5 400	5 741
Algarve	2 146	2 210	2 334	2 521	2 711	2 968	3 294	3 414
R. A. Açores	1 058	1 143	1 172	1 274	1 363	1 493	1 622	1 711
R. A. Madeira	1 393	1 378	1 476	1 515	1 587	1 770	1 915	2 095
<i>Extra-regio</i>	112	124	148	152	157	172	166	159
PORTUGAL	57 105	59 572	62 289	67 245	71 271	77 410	82 393	85 782



Nomenclaturas Territoriais NUTSII, NUTSIII e Concelhos

NUTS 1989 (*)

NUTS 2002 (*)

